

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE A PEDIDO NO CONCELHO DE TONDELA – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL**

## **CLÁUSULAS JURIDICAS E TÉCNICAS**

PARTE I

**CLAUSULAS JURIDICAS**

**Artigo 1º - OBJECTO**

O objeto do presente procedimento é a prestação de serviços para IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE A PEDIDO NO CONCELHO DE TONDELA – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS FLEXÍVEL.

**Artigo 2º - PRAZO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

1. O prazo global para a execução dos serviços constantes deste procedimento é de 11 meses.

2. A execução dos serviços em cada fase obedece aos seguintes prazos:

Fase 1 – Elaboração do estudo de suporte à implementação do serviço de TPF

1.1. Programa Base – um mês após a assinatura do contrato

1.2. Relatório Final – três meses após a entrega do Programa Base

Fase 2 – Desenvolvimento da solução tecnológica para gestão do serviço de TPF – quatro meses após a conclusão da Fase 1

Fase 3 – Fornecimento dos equipamentos informáticos e de comunicação para operacionalização do serviço de TPF – um mês após a conclusão da Fase 2

Fase 4 – Plano de comunicação e divulgação – dois meses após a conclusão da Fase 2

3. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Artigo 3º - SANÇÕES CONTRATUAIS**

1. Pelo Incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal de Tondela pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, até 1% do preço contratual por cada semana (correspondente a cinco dias úteis) de atraso;

#### **Artigo 4º - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FACTURAÇÃO**

1. O pagamento será efetuado até 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O Adjudicatário apresentará a fatura acompanhada de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
3. Serão deduzidas, no pagamento a fazer ao Adjudicatário, as importâncias necessárias á liquidação das sanções contratuais que lhe tenham sido aplicadas.
4. Caso a fatura apresentada não mereça aprovação da Entidade Adjudicante, porque não esteja conforme com o contratado, esta comunicará tal decisão ao Adjudicatário que deverá apresentar outra em substituição, devidamente corrigida.

A fatura deverá incluir os seguintes elementos:

- Descrição, referindo o(s) documento(s) que a suportam; Incidência do IVA, em separado;
  - Documentação de suporte;
  - Emissão em nome de Município de Tondela;
5. O valor global da prestação de serviços é dividido pelas várias fases de execução do contrato nos seguintes termos:
- a) Com a entrega do “Estudo de suporte à implementação do serviço de TPF – Programa base” – 20% do preço contratual;
  - b) Com a entrega do “Estudo de suporte à implementação do serviço de TPF – Relatório final – 20% do preço contratual;
  - c) Com a entrega e apresentação da “solução tecnológica para gestão do serviço de TPF” – 20% do preço contratual;
  - d) Com o “fornecimento dos equipamentos informáticos e de comunicação para operacionalização do serviço de TPF” – 20% % do preço contratual;

- e) Com a conclusão do “Plano de comunicação e divulgação” – 20% % do preço contratual.

#### **Artigo 5º - SIGILO**

1. O Adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Entidade Adjudicante.
2. O Adjudicatário deve limitar o acesso às informações confidenciais aos seus empregados, funcionários e contratados que tenham de recorrer às mesmas para correta execução do Contrato e assegurar que os mesmos são obrigados a manter essa confidencialidade nos termos em que esta é exigível ao Adjudicatário,
3. No final da execução do presente Contrato, o Adjudicatário entregará à Entidade Adjudicante todos os documentos por si utilizados ou preparados para a realização dos serviços prestados.
4. Todos os elementos documentais referidos no número anterior passarão a ser propriedade da Entidade Adjudicante sem prejuízo para direitos de autor e de direitos de propriedade industrial que o Adjudicatário ou qualquer sociedade em relação de grupo ou de domínio tenha sobre os mesmos.
5. Consideram-se excluídos das disposições anteriores:
  - a) Os documentos e informações que sejam ou se tornem do conhecimento público, sem que o adjudicatário de tal facto seja ou possa ser considerado direta ou indiretamente responsável;
  - b) Os documentos e informações que estejam, no momento da sua comunicação, já em posse do adjudicatário e não sejam objeto de restrições ou limitações;
  - c) Os documentos e informações recebidos pelo Adjudicatário de Terceiros que não exijam ao adjudicatário compromisso de confidencialidade.

#### **Artigo 6º - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

O Adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato.

### **Artigo 7º - RESPONSABILIDADE POR TERCEIROS**

1. O Adjudicatário, salvo por dolo ou negligencia não será responsável por qualquer incumprimento em que terceiros incorram a título de atraso, cumprimento defeituoso, ou incumprimento definitivo e seja qual for a natureza dos danos produzidos,
2. Sempre que o Adjudicatário sofra impedimentos na execução dos serviços para que foi contratado, em virtude de qualquer ato imputável a terceiros, deverá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data de ocorrência, informar a Entidade Adjudicante de modo a esta ficar habilitada a tomar providências que estejam ao seu alcance. Em qualquer caso, o risco corre por conta do Adjudicatário.

### **Artigo 8º- SEGUROS**

1. O Adjudicatário deverá contratar e manter válida, sem que tal constitua encargo da Entidade Adjudicante, uma apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional que:
  - a) Garanta o Pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício das atividades previstas no objeto do presente Contrato e que sejam causadas a pessoas ou bens de terceiros, de valor não inferior ao previsto no nº7 do artigo 378º do CCP.
  - b) Seja válida, pelo menos, até à data de conclusão das obrigações que assume com a Adjudicação.
2. Os encargos referentes ao Seguro previsto no número anterior, bem como quaisquer deduções efetuadas pela Seguradora a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável serão da conta do Adjudicatário.

### **Artigo 9º - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade de por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.

2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações á outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Artigo 10º - REPRESENTANTES DO ADJUDICATÁRIO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE**

1. As relações de Entidade Adjudicante com o Adjudicatário processar-se-ão através de representante e designar pele Entidade Adjudicante. O Adjudicatário indicará, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, o seu representante junto da entidade Adjudicante, com poderes para resolver a generalidade dos assuntos emergentes do Contrato.
2. A Entidade Adjudicante poderá fazer-se representar por assessores e/ou outras entidades de sua escolha, no acompanhamento da prestação de serviços.

#### **Artigo 11º - PESSOAL**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a seleção e o recrutamento de todo o pessoal especializado, não especializado e auxiliar para a direção e a execução da sua prestação de serviços, assim como todos os encargos e despesas com esse pessoal, nomeadamente, de viagem, alojamento, alimentação, deslocações diárias, ajudas de custo, subsídios diversos, etc.
2. O recurso a horas suplementares, ou trabalho em dias feriado ou de descanso semanal, por parte do pessoal do Adjudicatário, são do seu encargo, não podendo ser faturado á Entidade Adjudicante, com exceção de solicitação expressa e fundamentada da Entidade Adjudicante e em caso de ocorrência de força maior, mos termos em que se encontra fixada no presente Caderno de Encargos.
3. Se a Entidade Adjudicante verificar que os meios utilizados pelo Adjudicatário são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos, de sua atribuição,

poderá impor o seu reforço, a sua modificação ou a sua substituição, sem custos adicionais.

4. O Adjudicatário é obrigado a manter nos locais de trabalho, a disciplina e boa ordem do pessoal ao seu serviço.

#### **Artigo 12º - SUBCONTRATADOS E TAREFEIROS**

1. A responsabilidade pela execução de todos os serviços prestados e contratados será sempre do Adjudicatário, o qual deverá submeter, com a Proposta, as empresas com quem venha a subcontratar a execução de parte dos serviços que constituem a presente prestação.

2. Caso se verifique a necessidade de o Adjudicatário recorrer, por razões de natureza excecional, à subcontratação ou execução de tarefas por Terceiros, requererá, para os casos em que tal não esteja claramente indicado na sua Proposta, prévia autorização à Entidade Adjudicante, fazendo acompanhar esse pedido dos elementos comprovativos da necessidade invocada e da capacidade e competência do Subcontratado ou Tarefeiro que propõe, sendo os eventuais atrasos derivados de autorização exclusivamente imputáveis ao Adjudicatário.

#### **Artigo 13º - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

3. O Adjudicatário é responsável por qualquer violação das normas legais ou direitos de terceiros em relação a patentes, modelos de utilidade, marcas, modelos e desenhos industriais alou direitos de autor ou direitos conexos, bem como quaisquer direitos de propriedade intelectual por ele utilizados, em que incorra no âmbito do presente Contrato.

#### **Artigo 14º - RESOLUÇÃO DO CONTRATO**

1. O Incumprimento do Contrato por qualquer das Partes contratantes, dará à Parte não faltoso o direito de o resolver nos termos gerais do direito.
2. Para efeitos do número anterior, a Entidade Adjudicante notificará por escrito o Adjudicatário para sanar as deficiências assinaladas no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
3. Não ser verificando sanadas as deficiências notificadas, a Entidade Adjudicante poderá resolver então o contrato, operando-se a resolução na data da receção da referida notificação.
4. O incumprimento do prazo para a prestação de serviços dá direito à Entidade Adjudicante de proceder à resolução automática do presente contrato operando-se esta resolução na data de receção da notificação por parte do Adjudicatário.
5. Com a receção da notificação o Adjudicatário deve iniciar, de imediato, todas as diligências que lhe permitam cessar a prestação de serviços.
6. Caso a Entidade Adjudicante venha a resolver o Contrato, o Adjudicatário deverá indemnizar a Entidade Adjudicante pelo valor dos danos e prejuízos a este causados em virtude do comportamento faltoso.
7. A resolução do Contrato, por qualquer razão, não prejudicará ou afetará os direitos constituídos e os deveres e responsabilidades assumidas por qualquer dos outorgantes.

#### **Artigo 15º - FORO COMPETENTE**

1. No caso de divergência relativo à interpretação, execução ou cumprimento de obrigações emergentes do presente Contrato, os Outorgantes, obrigam-se a procurar uma solução consensual.
2. Qualquer litígio ou diferendo será submetido à apreciação dos responsáveis máximos dos Outorgantes, que envidarão todos os esforços para obter uma solução consensual.
3. Se no prazo de 30 dias após o início da situação de diferendo, se frustrar a tentativa de resolução referida no número anterior, o litígio ou diferendo será decidido por

Caderno de encargos  
Implementação de um sistema de transporte a pedido



recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com renúncia expressa a qualquer outro

#### **Artigo 16º - PREVALÊNCIA**

1. Fazem parte integrante do contrato o caderno de encargos, a Programa de Procedimento e a proposta do Adjudicatário.
2. Em caso de dúvidas aplicam-se as regras de prevalência definidas pelos números 5 e 6 do art.º. 96º do CCP.

PARTE II  
**CLAUSULAS TÉCNICAS**

**Artigo 17º - ÂMBITO DO TRABALHO**

O concelho de Tondela afirma-se como um território diverso em termos de ocupação humana – a uma zona central, de maior concentração, onde convivem modelos de ocupação urbana que vão desde o núcleo urbano alargado até ao padrão de ocupação linear, contrapõe-se, sobretudo na parte oeste (serra do Caramulo), um padrão de ocupação nucleada de pequena dimensão. Nestas áreas rurais, de baixa densidade populacional e de povoamento disperso, as necessidades de mobilidade das populações não conseguem ser eficientemente asseguradas pelo transporte público coletivo regular, quer porque a operação do serviço é economicamente pouco viável e alguns aglomerados populacionais acabam por não ser servidos por transporte público, quer porque as longas distâncias a percorrer e as baixas frequências tornam o serviço pouco atrativo. É este o contexto que subjaz à decisão de criação de um serviço de Transporte de Passageiros Flexível (TPF) que garanta melhores condições de mobilidade às populações do concelho de Tondela, sobretudo às que residem em áreas rurais e periurbanas e que por razões de idade e condição socioeconómica evidenciam maiores dificuldades no acesso à mobilidade.

O TPF é uma solução inovadora de serviço de transporte de passageiros que engloba todos os serviços públicos de transporte coletivo com características flexíveis que se efetuam, em parte ou na totalidade, mediante a solicitação expressa dos utilizadores e que podem incluir o recurso a tecnologias de informação e comunicação sempre que necessário. Este serviço tem como principais funções, por um lado, responder às necessidades de mobilidade das pessoas e, por outro, constituir uma alternativa eficiente ao veículo privado.

A operacionalização do serviço de TPF envolve diversos operadores de transporte e encontra-se assente numa lógica de flexibilidade do serviço, de otimização da operação e de interação entre operador e utilizador.

1. Os serviços de TPF caracterizam-se por uma grande variabilidade, a qual reflete os objetivos específicos da implementação do serviço, a realidade territorial e sociodemográfica da área de intervenção e o sistema de transportes públicos pré-existente. Os principais aspetos que caracterizam este tipo de serviço de transporte público são os seguintes:

- conceito de "itinerário, paragens e horário"
- conceito de sistema de solicitação de serviço/reserva
- conceito de integração modal
- conceito de afetação dos veículos

Abaixo, descreve-se cada um destes aspetos definidores de soluções do tipo TPF, apresentando-se as diferentes opções e formas que a solução a implementar poderá assumir.

## 2. Conceito de "itinerário, paragens e horário"

O itinerário de um serviço de TPF corresponde a uma lista das paragens que são servidas de acordo com uma determinada ordem e a flexibilidade do horário é encarada como parte do conceito.

Num serviço de transporte público regular estes elementos são definidos previamente e num serviço de táxi convencional, apesar do percurso não estar definido, a origem e o destino da viagem são determinados diretamente através da solicitação do cliente.

No caso do TPF o percurso, paragens e horário podem estar previamente definidos, determinados no momento antecedente à viagem ou durante a mesma.

As opções que, neste domínio, podem ser escolhidas (e eventualmente combinadas entre si), tendo em vista a definição do serviço de TPF, são as seguintes:

- Percurso, paragens e horário pré-definidos, parcialmente fixos
- Desvios ao longo de um percurso e paragens pré-definidas, ao longo de um corredor
- Paragens predefinidas ao longo de um corredor

- Paragens predefinidas numa zona
- Combinação de locais de paragem aleatórios numa zona

### 3. Conceito de sistema de solicitação de serviço/reserva

O sistema de reserva é um aspeto crucial dos serviços de TPF para o qual podem ser identificadas três etapas fundamentais:

- a) solicitação para realizar uma viagem com a identificação da origem e destino da mesma e os respetivos momentos de partida e de chegada;
- b) proposta de serviço por parte do operador;
- c) confirmação da reserva, ou recusa do serviço, por parte do cliente.

A sucessão e momentos das diferentes etapas apresentadas dão origem a diferentes tipologias de sistema de reserva das viagens, que podem ainda ser combinados entre si:

- Viagens não reservadas previamente
- Reserva direta
- Período de comunicação da viagem alargado
- Recolha prévia de todas as solicitações de viagem

### 4. Conceito de integração modal

O TPF pode desempenhar diferentes funções no sistema global de transporte público, uma vez que o grau de complementaridade espacial e temporal com a rede convencional pode variar. As diferentes possibilidades de integração com a rede convencional são as seguintes:

- Rebatimento (interface) – serviço de ligação à rede de transporte público convencional, interface de transporte ou paragem/estação, enquanto serviço que o "alimenta";
- Rede – serviço adicional de complemento à rede existente ou de substituição de linhas que não são rentáveis (local ou período);
- Destino específico – serviço que pretende servir locais específicos como aeroportos, hospitais, polos de emprego/serviços, entre outros;

- Substituição – serviço de substituição integral ou parcial de serviço de transporte coletivo convencional.

#### 5. Conceito de afetação dos veículos

A forma como os veículos estão afetos ao serviço e as suas características podem igualmente variar, sendo possível diferentes soluções.

- Afetação fixa – disponibilidade de um veículo, cuja capacidade e características são determinantes para o serviço a realizar;
- Afetação extensível – serviço baseado num veículo fixo, que inclui a possibilidade de recorrer a um veículo suplementar caso se justifique;
- Afetação dinâmica – idealmente o operador tem à sua disposição uma frota de veículos que lhe permite realizar o serviço. Esta frota pode incluir diferentes categorias de veículos em termos de capacidade, acessibilidade e equipamento especial, entre outros. Esta solução permite a partilha eventual dos veículos com outras empresas/operadores.

### **Artigo 19º - PROGRAMA DE TRABALHOS**

#### 1. A prestação de serviços é composta pelas seguintes fases:

Fase 1 – Elaboração do estudo de suporte à implementação do serviço de TPF

Fase 2 – Desenvolvimento da solução tecnológica para gestão do serviço de TPF

Fase 3 – Fornecimento dos equipamentos informáticos e de comunicação para operacionalização do serviço de TPF

Fase 4 – Plano de comunicação e divulgação

#### 2. A duração de cada uma das fases será identificada pelo prestador de serviços na sua proposta, ficando a tal vinculado e devendo ser formulada de modo a cumprir o prazo previsto na cláusula 2.ª.

#### 3. O conteúdo da prestação de serviços deverá incluir

Fase 1 – Elaboração do estudo de suporte à implementação do serviço de TPF

1.3. Estudo de suporte à implementação do serviço de TPF – Programa base

1.4. Estudo de suporte à implementação do serviço de TPF – Relatório final

1.4.1. Caraterização da Área de Intervenção – Ocupação do Território e Demografia

1.4.2. Transportes Públicos (oferta e procura)

1.4.3. Transporte Escolar (oferta e procura)

1.4.4. Transporte Individual (rede rodoviária e procura do transporte individual)

1.4.5. Diagnóstico (identificação das áreas com cobertura deficiente da rede de transportes públicos e; identificação das carências do serviço de transportes públicos)

1.4.6. Diretrizes para a definição do serviço de TPF

Fase 2 – Desenvolvimento da solução tecnológica para gestão do serviço de TPF

O sistema de gestão do TPF deve incluir as seguintes funcionalidades:

- Gestão das solicitações (reserva, proposta de serviço e respetiva aceitação, recusa ou modificação)
- Planeamento dos percursos (otimização)
- Afetação do veículo
- Definição do tempo de espera previsto
- Estimativa do tempo de viagem
- Definição do horário e planeamento do serviço
- Monitorização do serviço

Fase 3 – Fornecimento dos equipamentos informáticos e de comunicação para operacionalização do serviço de TPF, incluindo a respetiva formação. A título exemplificativo refira-se:

- Tecnologias de solicitação do serviço por parte dos utilizadores, como internet, Interactive Voice Response Systems (IVRS), palm-top, entre outros;
- Sistemas de gestão, marcação e reserva que permitem gerir as solicitações do serviço;
- Software de otimização do serviço;
- Rede de comunicações (GSM, GPRS, etc.);
- Unidades a bordo dos veículos de apoio ao condutor;
- Unidades de pagamento a bordo;

- Sistemas de localização de veículos mediante tecnologia GPS ou GMS (Automated Vehicle Location/Monitoring – AVL/AVM);
- Sistemas de gestão de informação (Management Information System – MIS).

Fase 4 – Plano de comunicação e divulgação, que inclua:

- Criação de imagem corporativa
- Criação site e/ou outras plataformas de comunicação
- Produção de suportes de divulgação (folhetos)
- Manual de boas práticas

### **Artigo 20º - MEIOS HUMANOS E TÉCNICOS**

O Adjudicatário deve empregar pessoal experiente nas diferentes tarefas a executar e deve usar técnicas, equipamentos e materiais que sejam capazes de garantir as precisões e requisitos especificados no Caderno de Encargos.

A entidade Adjudicante poderá mandar inspecionar o trabalho em curso em qualquer altura e pode exigir relatórios relativos às técnicas, equipamentos e pessoal empregos no trabalho.